



Negociações com a Petrobrás são retomadas pós-greve



Após forte mobilização da categoria petroleira, denunciando postura intransigente da empresa, a gestão de Magda Chambriard convocou a representação sindical para dialogar sobre o regime de teletrabalho. O Sindipetro/MG participou da reunião, que ocorreu no dia 2 de março.

A FUP ressaltou que a greve nacional, que teve grande adesão da categoria, envolve outros pontos além do teletrabalho, como remuneração variável, efetivo e plano de cargos, que precisam ser imediatamente tratados em espaços de negociação com a empresa. Uma proposta unificada do Plano de Cargos, construída junto com os sindicatos e a FNP foi apresentada à gestão.

Mesmo dizendo estar disposta a negociar um acordo coletivo sobre teletrabalho por 2 anos, a empresa manteve os mesmos termos da proposta anterior, prevendo 3 dias de trabalho presencial para o público elegível ao regime híbrido. Mas prorrogou para 30/05 o prazo para a adesão ao termo individual e se colocou à disposição para iniciar uma negociação para a construção do acordo. Até lá seguirá o modelo atual de regime híbrido, sem impactos (independente se a pessoa assinou ou não o termo).

A FUP fez vários questionamentos, reforçando querer avançar em um acordo justo para a categoria. Foi cobrado um

olhar diferenciado para os diferentes públicos, como transferidos compulsoriamente após privatizações, pessoas com residência distante da empresa, pais e mães de filhos em primeira infância. Também foi cobrada uma solução para o tratamento de frequência do dia parado na greve do dia 26/03. A FUP exige que isso seja feito em acordo na mesa de negociação, e defende que não haja desconto ou reflexos das horas não trabalhadas por motivo de greve.

Reunião de RH/SMS

Esclarecimentos sobre o tratamento de ponto em assembleias e na greve do dia 26/03 também entraram na pauta da reunião da Comissão local de RH/

SMS da Regap, realizada no dia 2/03.

Entre os pontos em discussão estavam questões sobre efetivo, saúde mental, condições de trabalho, treinamentos, AMS e pautas que envolvem as empresas contratadas. Entre elas, questionamentos sobre diferenciação no Transporte de Turno (Laboratório); Cobrança sobre adoção de escalas de trabalho diferenciadas em contratos; Cobrança de plano de ação frente às constantes denúncias de atrasos e não pagamento de verbas trabalhistas, assim como o retorno sobre GT com a Superintendência do Ministério do Trabalho sobre empresas terceirizadas na Petrobrás em Minas Gerais.

Encontro reuniu trabalhadoras da Petrobrás em Minas



O Sindipetro/MG realizou o Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Petrobrás em Minas de 2025, no dia 29 de março. “Tivemos momentos de conscientização sobre a organização das lutas coletivas. A nossa força está no coletivo”, avaliou a diretora do Sindipetro/MG, Carmen Lúcia Rodrigues.

A origem do 8 de março foi um dos temas abordados por Karina Moraes, da Marcha Mundial das Mulheres. “Se as revolucionárias socialistas impulsionaram as conquistas pelo direito ao voto feminino, ao divórcio, ao fim das jornadas de até 16 horas/dia, hoje ainda temos desafios como o de posicionar o trabalho doméstico como uma pauta de luta, assim como a construção de uma sociedade mais

justa”, reforçou.

A petroleira Deise de Souza, coordenadora do Comitê de Diversidade da Regap, apresentou um panorama das ações da Petrobrás sobre equidade de gênero. Um levantamento mostra que as oportunidades para as mulheres na Regap melhoraram 31% e que a exigência de uma cota mínima de mulheres nos contratos de manutenção e engenharia aumentou a presença feminina na área industrial.

A diretora do Sindipetro/MG, Márcia Marins, frisou que é preciso respeito às mulheres e aos seus direitos. “Não adianta somente que as mulheres ocupem espaços de liderança como figuras meramente representativas, mas que exerçam de fato como tal”, afirmou.

61 anos de golpe: Sem anistia para os golpistas

“Lembrar do período violento contribui para impedir que esse passado sombrio nunca mais se repita” afirma Guilherme Alves

Os 61 anos do golpe civil-militar de 1964 foi lembrado com manifestações de trabalhadores em todo o país. Em Belo Horizonte, movimentos populares, sindicais e sociais fizeram atos no dia 30 e 31 de março, que também exigiam punição aos golpistas de 8 de janeiro de 2023, ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os atos aconteceram em meio às repercussões do julgamento do STF que tornou réus o ex-presidente Bolsonaro e aliados, denunciados por organização criminosa e tentativa de golpe de estado. Além do grito de “Ditadura Nunca Mais”, foi grande o coro por “Bolsonaro na prisão” e “sem anistia” para os golpistas, principalmente os que depredaram os prédios dos três poderes, em 8 de janeiro de 2023, e planejavam implantar uma ditadura após assassinar o presidente democraticamente eleito.

No dia 1º de abril, mo-

vimentos sociais ocuparam a sede do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. O edifício abrigou um dos principais centros de repressão da ditadura militar, entre 1964 e 1985. Os manifestantes são contra a anistia aos golpistas e reivindicam que o prédio, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) em 2016, seja transformado no Memorial dos Direitos Humanos Casa da Liberdade e Memória das Vítimas da Ditadura Militar.

“Lembrar do período violento da ditadura civil-militar, que perdurou por 21 anos até 1985, contribui para impedir que esse passado sombrio nunca mais se repita. Pela democracia, sem anistia para golpistas”, opina o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.